



## COMUNICAÇÕES ORAIS

### AUTORITARISMO À BRASILEIRA A PARTIR DAS MEMÓRIAS DO “MENINO DE ENGENHO”.<sup>314</sup>

Gutierre Farias Alves

Mestre em História (PPGH – UFCG)<sup>315</sup>

[gutierrefariasalves@gmail.com](mailto:gutierrefariasalves@gmail.com)

#### 1. Problemática inicial

Por muito tempo caracterizaram o Brasil como um país pacífico. Os intelectuais do IHGB e muitos cientistas sociais, *a posteriori*, descreveram a “sorte divina” que tínhamos em nascer em um país sem vulcões, sem guerras e com abundância nos recursos naturais. O marco inicial deste Brasil imaginário foi o contato harmonioso entre Colonizadores e Nativos, que se relacionaram a partir das primeiras trocas comerciais.

No entanto, embasados por uma visão histórica crítica, desenvolvida principalmente a partir de meados da década de 1970 com o desabrochar das pós-graduações, passou-se a questionar tais interpretações.

Na década seguinte, influenciados pela historiografia Francesa e inglesa, cada vez mais, os historiadores brasileiros passaram a realizar um profundo diálogo entre história e literatura, utilizando essa última como fonte histórica.

Assim, por intermédio dos textos literários, o historiador pode mergulhar nos costumes de um povo, na vida social e política de uma época, nos conflitos entre gerações distintas, e também nos sonhos e esperanças de uma Classe Social. No entanto, não devemos ver tais textos como cópias de uma realidade, mas como representações (verossímeis ou não) de um dado contexto histórico.

<sup>314</sup>“Menino de Engenho”, publicado em 1932, é o primeiro Romance do escritor paraibano José Lins do Rego.

<sup>315</sup> Atualmente participo do grupo de Pesquisa: “História, Literatura e Memória: Regimes de exceção na América Latina” coordenado pelo professor Dr. Gervacio Batista Aranha, na UFCG.





Diante disso, podemos tecer algumas considerações sobre a obra “Menino de Engenho”, do Paraibano José Lins do Rego, partindo de uma pergunta central: Quantos “Brasis” cabem na obra Menino de Engenho?

## 2. “O novo já nasce velho”: A Primeira República sob o olhar de um Menino

Confesso que conheci a obra de José Lins do Rego tardiamente, após 27 anos de existência. O primeiro livro que li foi *O Moleque Ricardo*. Li não: devorei. As aventuras do *Moleque* na cidade foi o ponto de partida para buscar conhecimento sobre o aporte de “Zé Lins”, como chamam os íntimos. Decidi, então, começar por ordem cronológica de publicação, sendo assim, *Menino de Engenho* foi o segundo livro que conheci desse extraordinário autor.

Pois que, ofato inicial narrado em *Menino de Engenho* é um ato de violência. Descobrimos nas primeiras páginas que, Carlos de Melo, o Carlinhos – personagem central da história – perdeu sua mãe Dona Clarisse, assassinada pelo então marido. Carlinhos rememora o burburinho, a surpresa e a tristeza da tragédia, que foi noticiada pelos jornais da época.

Em contrapartida, o menino narra com muito afeto as poucas lembranças que tem do seu pai, porém, afirma que apesar das boas recordações, este era extremamente contraditório, capaz de ternuras e atos violentos, chegando, inclusive, a agredir a esposa.

O assassinato da mãe provocou uma ruptura na vida de Carlinhos, pois além de tudo, ele teve que deixar a cidade onde morava com os pais, e deslocar-se para a fazenda do seu avô José Paulino, já que seu pai fora preso e depois internado como “louco” em um hospital. É justamente neste novo universo aonde se concentram as diversas histórias rememoradas pela personagem central, servindo a nós, historiadores, como fonte histórica para conhecimento acerca do panorama social, político e cultural do Brasil no contexto da Primeira República.





Neste sentido, ao ler e reler a obra percebe-se que todo o enredo é marcado por autoritarismos, que se expressa de várias maneiras, e atravessam – direta ou indiretamente - a vida de Carlinhos.

Lilia Moritz Sshwarcz (2019), em seu mais recente livro: *Sobre o autoritarismo Brasileiro*, nos mostra alguns “fantasmas” contemporâneos que insistem em nos assolar, mas que tem raízes históricas. Assim, racismo, mandonismo, desigualdade social, violência e intolerância contra negros, pobres e mulheres, são expressões da violência desde que o “Brasil é Brasil”. Alguns desses elementos podem ser facilmente visualizados na obra em análise e representativos do período em questão.

Como já frisamos, *Menino de Engenho* foi publicado em 1932, ou seja, isto nos leva a conceber que 44 anos após o fim da Escravidão, os afrodescendentes ainda não tinham sido devidamente incluídos na sociedade brasileira. Os efeitos de uma “abolição conservadora” (COSTA, 2010) e o lugar social dos descendentes de escravizados nesse contexto, podem ser sentidos assim que o menino Carlinhos chega de trem, ao engenho do seu avô:

E na primeira parada deixamos o trem, com grande saudade para mim. Na estação estava um pretinho com um cavalo, trazendo umas esporas, um rebenque e um pano branco. O meu tio estendeu o pano branco na anca do animal, montou, e o pretinho me sacudiu para a garupa (REGO, 2018, pg. 30)

Essa primeira lembrança de Carlinhos evidencia a posição dos subalternos e submissos dos afrodescendentes. Outras memórias os demonstram como “criados” que faziam serviços domésticos, fosse trabalhando na lavoura ou no Engenho. Entretanto, esses fatos são recordados de uma forma idealizada<sup>316</sup>, haja vista que “a senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com suas negras parindo, as boas amas de leite e os bons cabras do eito” (REGO, 2018, pg. 80).

<sup>316</sup> De acordo com Dantas (2015), certa visão idealizada de José Lins do Rego, especificamente na obra *Menino de Engenho*, a respeito da relação entre coronéis e empregados (no contexto pós Escravidão) foi extremamente influenciada pelos escritos do sociólogo Gilberto Freyre. Essa relação de amizade e de trocas de experiências intelectuais podem ser visualizada a partir da permuta de correspondências entre os dois autores. Para ver a análise de tais cartas entre os escritores, consultar: DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa grande com o menino de Engenho**. Campina Grande, EDUEPB, 2015.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para Carlinhos existia uma harmonia social entre senhores e empregados, e seu avô não era um senhor cruel, pois dava comida, roupa e moradia. Apanhavam só “quando mereciam”, diferentemente dos “negros de Ursulino, que toda manhã levavam uma chibatada, na porta da senzala, para esquentar o corpo” (REGO, 2018, pg. 90).

Esta percepção de sociedade é fortemente influenciada pelas histórias que o seu próprio avô lhe contava. Carlinhos era um menino que tinha forte dificuldade de aprendizado formal, todavia, adorava escutar as histórias do seu avô, da Velha Totonha e dos empregados do Engenho, destarte, são essas histórias que fazem parte da formação moral e ética de Carlinhos.

Em uma dessas ocasiões, o avô José Paulino reflete sobre o Treze de Maio, o dia da abolição. Consoante ele, este evento não trouxe nada de bom para os negros alforriados: “Não me saiu um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu para nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o Bacalhau”(REGO, 2018, pg.110), mas, em certo sentido, foi bom para os senhores de Engenho já que “só vim ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era pra comprar e vestir os negros” (REGO, 2018, pg.110).

Muitos negros permaneceram no Engenho, pois, como dizia um ditado da época: “A liberdade é negra, mas a igualdade é branca”. Neste sentido, não existia igualdade, uma vez que, após o fim da Escravidão não existia escola, moradia, e emprego, para os “ex-escravos”. Os mais de 300 anos de Trabalho Escravo forjaram uma sociedade extremamente preconceituosa, onde todo o trabalho pesado recaia nos braços e pernas dos Africanos e seus descendentes. Após todo esse tempo de Escravidão foi inaugurado “um período chamado de pós-emancipação, que teve data precisa para começar, mas não para terminar” (SCHWARCZ, 2019, pg. 30).

Sendo assim, o Brasil Pós-Sistema Escravista era marcado tanto pelo Racismo, quanto pela desigualdade social, já que os Direitos Sociais não eram fornecidos pelo Estado, deixando a população mais pobre, e à mercê do autoritarismo/benevolência dos coronéis e das intempéries da natureza. Esse fato evidencia-se quando Carlinhos recorda uma grande enchente ocorrida no Engenho Santa Rosa que culminou na destruição de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

casas, linhas de ferro, engenhos; deixando a população flagelada e “morta de fome”. No entanto, graças ao seu avô, não padeceram em total miséria, já que a Fazenda forneceu bacalhau e farinha seca aos famintos.

Neste caso, já que a atuação do Estado Brasileiro era ineficiente, a partir de uma ideologia liberal conservadora, os coronéis é quem possuíam o poder de barganha, fornecendo algum tipo de ajuda social em troca de voto e submissão dos estratos inferiores. Além disso, tinham autoridade de Mando e Desmando, pois através do Poder econômico tinham a legitimidade da violência e da administração – não só dos Engenhos –mas também das cidades e dos estados Brasileiros.

Em vários momentos Carlinhos recorda-se de ocasiões em que seu avô exprimiu o poder de “mandar e desmandar”, seja no Engenho ou em casa, com os empregados ou até com o neto mesmo: “O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem” (REGO, 2018, pg. 57).

José Paulino gostava de gritar com os empregados, dar ordens, dizer que ia “botar pra correr” aqueles que não queriam trabalhar, que eram preguiçosos. Em sua propriedade quem mandava era ele, e todos o procuravam quando tinham algum problema e precisavam de alguma solução. Foi o que aconteceu com a mulata Maria Pia, que, supostamente, teria perdido a virgindade com Chico Pereira, como este não quisera casar-se, o Coronel “mandou botar o cabra no tronco” (REGO, 2018, pg. 63).

Este ocorrido deixou o menino Carlinhos compadecido, pois raramente “tinha visto gente no tronco” (pg. 64). Desse modo, ao invés de brincar com os amigos, Carlinhos preferiu “ficar com ele conversando, ouvindo as suas histórias, sentindo suas angústias” (REGO, 2018, pg. 65). Já que Chico Pereira só tinha ao menino, pois todos acreditavam na história de Maria Pia.

O acontecimento gerou grande murmurinho no Engenho, pois, como provar que Chico Pereira tirou a honra de Maria Pia? Em contexto onde a oralidade tinha muito valor, José Paulino encontrou a solução: mandou Maria Pia colocar a mão em cima de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

uma Bíblia e jurar quem tinha feito aquilo com ela. Com os “olhos esbugalhados” e o povo em volta, a mulata respondeu: “Juro que foi o doutor Juca quem me fez mal” (REGO, 2018, pg. 65). Juca era filho do coronel, e após um grande silêncio, Paulino mandou soltar Chico Pereira.

Quando li esta passagem fiquei simplesmente perplexo. Meu espanto se deu, pois mesmo com o fim da Escravidão, pessoas – na sua maioria descendentes de Escravizados – ainda eram colocados no “tronco” como forma de castigo. No entanto, os castigos diferenciavam-se por Classe social, tendo em vista que nada aconteceu ao Doutor Juca (branco e herdeiro do Engenho) quando todos ficaram sabendo que ele quem tinha tirado a virgindade de Maria Pia (negra e pobre).

Doutor Juca já era conhecido pelos casos sexuais com algumas mulheres do Engenho. De acordo com Zé Guedes, “professor de coisas ruins” de Carlinhos, o doutor “mandava” em várias meninas da região. Isto é, as mulheres eram vistas pelos homens como objetos sexuais, que serviam para o prazer masculino. Além disso, sofriam violência física, como a de Judite, uma das primeiras professoras de Carlinhos: “enquanto eu ficava sozinho na sala com a minha carta na mão, ouvi no interior da casa um ruído de pancadas e uns gritos de quem estivesse apanhando. Compreendi então que a minha bela Judite apanhava do marido” (REGO, 2018, pg. 54).

Esse Mandonismo do início do século XX é herdeiro do projeto de Colonização Portuguesa, que foi executado por homens Portugueses, e esteve baseado na Monocultura, no Trabalho Escravo, e na Grande Propriedade<sup>317</sup>. O título de Senhor do Engenho é o título que todos aspiravam, como descreveu o jesuíta Antonil, em 1711. Tão aspirado porque essa condição os dava privilégios (de ordem econômica, social, cultural e política) que eram transmitidos aos filhos. Pois que os coronéis tinham poder de “vida e de morte”, assim como seus herdeiros. Por isso, tanto José Paulino, como

---

<sup>317</sup> A história brasileira não teve grandes rupturas ou Revoluções (seja Burguesa ou Socialista). Todos os projetos que, de algum modo, pensaram em romper, total ou parcialmente, as tradições que privilegiavam os estratos superiores, foram duramente reprimidas, seja no Período Colonial, Imperial ou nas diversas fases do Período Republicano.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Doutor Juca, podiam abusar sexualmente de mulheres, ou simplesmente colocar homens no tronco.

Ao mesmo tempo, o poder não se legitimava apenas através da força policial, dos aparatos repressivos, ou do poder dos jagunços. Era necessário “dar algo em troca”, ou seja, construir um mínimo de consenso entre os Coronéis e seus subordinados. Por isso, nos momentos de “aperreio”, o Coronel estava ali para assistir a população pobre, seja com uma cesta básica, uma roupa, ou um teto para dormir nos momentos de enchente.

Contudo, esta sociedade construída a partir sob os princípios do Patriarcalismo, sujeitava mulheres, crianças, empregados, descendentes de Escravos e pobres em geral, ajudou a construir discursos e práticas extremamente autoritárias, onde todos os aspectos da vida social “cheiravam” à violência e autoritarismo, seja física ou simbólica. Prova disso são as histórias da Velha Totonha, tão admiradas por Carlinhos.

Velha Totonha é uma contadora de histórias. Histórias que serviam não apenas para entreter, mas que davam sentido para a vida daqueles que a escutavam. Ela, de acordo com Carlinhos, narrava sobre “lobisomens que comiam fígado e bebiam sangue de crianças”, e mais do que as temáticas abordadas, era a forma de contar que chamava a atenção do pessoal do Engenho, dos empregados, e do povo que tinha poucos divertimentos. Ela era, então, a telenovela das pessoas comuns do início do século XX.

Sua ladainha marcou a memória de Carlinhos e, para este, a “história da madrasta que enterrara uma menina era sua obra-prima” (REGO, 2018, pg. 72). Em resumo, trata-se de um pai que saía para viajar e deixou sua filha com a madrasta. A madrasta, que tinha ciúmes do marido, passou a explorar a pobre menina, forçando-a a trabalhar de “sol a sol” com inúmeros afazeres domésticos. Certo dia, a “madrasta mandou que ela ficasse debaixo de um pé de figueira, com uma vara na mão espantando os sabiás das frutas” (REGO, 2018, pg. 73). A menina adormeceu. Foi a desculpa para que a madrasta desse-lhe uma surra de matar, enterrando-a viva, na beira do rio. Quando o pai chegou de viagem, a madrasta contou que a menina adoecera e que morreu algum tempo depois que ele partira. Entretanto, certa manhã, um capineiro escutou uma voz de





dentro do capinzal. A menina não morrerá, estava viva. Como castigo “amarraram a madrasta nas pernas de dois poldros brabos. Os pedaços dela ficaram pela estrada, fedendo” (REGO, 2018, pg. 74).

Significa dizer que todo o imaginário social era marcado pela violência. O autoritarismo não era apenas do Coronel com seus empregados, do marido que batia na mulher, das crianças que maltratavam os animais<sup>318</sup>.

As histórias da Velha Totonha simbolizam o Brasil autoritário, que não busca justiça, mas a pura e simples vingança; além disso, a elite dirigente via a “questão social como caso de Polícia”. Não existia uma perspectiva dialógica ou democrática nesse Brasil em transição. Éramos uma República de Coronéis e Militares, que tinham na imposição da ordem um elemento essencial para construção da Nação.

Dessa forma, a violência existente na sociedade pós-escravista vai moldando um imaginário marcado também por autoritarismos. Com isso, até mesmo as lendas e as histórias inventadas, por assim dizer, possuem esta triste e lamentável marca.

### Considerações finais

O Historiador é um tradutor e um mediador cultural de dois tempos distintos, o passado e o presente, como bem lembra Aranha (2013). Sendo assim, o objeto histórico (o passado) é construído a partir das inquietações que o historiador tem no tempo presente. Aí mora a dificuldade de escrever história por parte do historiador: a distância que o passado tem de nós e a busca por fontes para reconstruir de forma verossímil esse processo.

Nesse sentido, para reconstituir fragmentos desse passado, é preciso saber interrogar os vestígios deixados ao longo do tempo, entendendo estes não como

---

<sup>318</sup> Carlinhos rememora com prazer a matança de arribaçãs (capítulo 9) e de passarinhos (capítulo 25), porém, vale salientar que, nesse contexto, não existia uma sensibilidade para com o direito dos animais. Nesse sentido, era comum para as crianças da época divertirem-se maltratando animais domésticos ou selvagens.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

meras expressões miméticas da realidade; tampouco figuram como meros discursos em certo sentido retórico, do tipo que não admite remissão a referentes extralingüísticos. É preferível certa lição de método extraída de Paul Ricoeur, para quem torna-se documento tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado(ARANHA, 2013, pg. 32).

Neste caso, entendemos a literatura enquanto fonte histórica, não como um mero documento auxiliar. É importante lembrar que a literatura se caracteriza pela exploração da linguagem, onde o literato tem uma margem de liberdade maior que o historiador, já que o ultimo tem uma preocupação com o verossímil.

Porém, tanto a história como a literatura são formas de apreensão da realidade, sendo assim, cabe ao historiador interrogar de forma adequada o texto literário. Em nosso caso ao questionarmos o romance *Menino de Engenho*, partimos da noção do historiador Carlo Ginzburg<sup>319</sup>: que rastros, que imagens, que vestígios da história brasileira podem ser vislumbrados a partir da referida obra? Ou como perguntamos no início do texto: Quantos brasis cabem na obra do escritor paraibano?

Como fica evidente em todo o exposto, entendemos que existem vários Brasis representados em *Menino de Engenho*: O Brasil racista e desigual que submetia os descendentes de escravizados, os pobres em geral, e as mulheres, ao poder dos Coronéis e seus herdeiros. E, por mais que as memórias de Carlinhos - que se confundem com as memórias de Zé Lins - sejam, por vezes, idealizadas a partir da figura do Engenho do avô José Paulino, cabe ao historiador buscar informações daquilo que não foi dito diretamente pelo autor.

Sabemos que existem outras interpretações acerca da obra, mas para nós é urgente trazer que - no diversificado Brasil que encontramos nas memórias de Carlinhos - o autoritarismo se fez/faz presente. Apesar de descrever um mundo Patriarcal que estava em decadência no contexto do nordeste brasileiro, ainda se encontravam os usos e abusos de violência, em suas diversas formas.

---

<sup>319</sup>Segundo Ginzburg (1647 – 2007), a literatura é imprescindível para o trabalho do historiador, pois a partir “das narrações de ficção é possível extrair os testemunhos mais fugidios, porém mais preciosos, justamente porque se trata de narrações de ficção”GINZBURG, Carlo. Paris, 1647, p. 84: **Um diálogo sobre ficção e história**. IN: O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguaiar e Eduardo Brandão. Companhia das letras, 2007.





Autoritarismo que, é importante ressaltar, tem se intensificado atualmente, mundo afora e Brasil adentro, por exemplo, com líderes indígenas sendo perseguidos, professores sendo violentados em salas de aula, protestos (no campo e na cidade) sendo duramente oprimidos pelo braço armado do Estado, políticos sendo assassinatos por milicianos, presidentes exaltando torturadores.

Entretanto, como bem lembrou o poeta paulistano Sérgio Vaz: “Esse Brasil cheio de ódio sempre existiu, pergunte aos negros, pobres, índios, mulheres, nordestinos, gays, travestis, eles te contam<sup>320</sup>”. Neste contexto, cabe aos historiadores, portanto, recuperar historicamente essas histórias de violência, pois, ao tomarmos consciência do autoritarismo brasileiro, poderemos, enfim, construir coletivamente, mecanismos para combatê-lo, e quem sabe assim, termos um país mais igual, justo, solidário e verdadeiramente pacífico.

## **Bibliografia**

ARANHA, Gervácio Batista. **História e representação hoje: por uma nova mimese?** In: ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva (org). Epistemologia, historiografia e linguagens. Campina Grande: EDUFPG, 2013, p. 27-46.

COSTA, Emília Viottida. **A abolição**. 9 ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa grande com o menino de Engenho**. Campina Grande, EDUEPB, 2015.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. Companhia das letras, 2007.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Apresentação Ivan Cavalcanti Proença. 110ª Ed, - Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

---

<sup>320</sup> Escrito na página do facebook do autor:

<https://www.facebook.com/poetasergio.vaz2/posts/1393902717355808/> acessado em 11 de Novembro de 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

